

# ATA NÚMERO 68/XV/2.ª SL

Aos sete dias do mês de dezembro de 2023, pelas 14:00 horas, reuniu-se a Comissão de Educação e Ciência, na sala 2, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças, que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

# 1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

# 2. Aprovação de atas

- Reuniões da Comissão dos dias 25 (9h00 e 10h00) e 30 de outubro
- Reunião da Mesa e Coordenadores do dia 25 de outubro

# 3. Comunicações do Presidente

### 3.1. Baixa de iniciativas

- i. Projetos de lei Baixaram para apreciação na generalidade
  - Projeto de Lei n.º 973/XV/2.ª (BE) Alarga o desenvolvimento de respostas sociais na valência de creche a entidades públicas e cria o programa rede de creches públicas
- ii. Projetos de resolução Baixaram para apreciação na generalidade
  - Projeto de Resolução n.º 952/XV/1.ª (IL) Recomenda ao Governo que dê a preponderância devida à literacia financeira em contexto escolar

# iii. Petições

Petição n.º 235/XV/2.ª – Progressão das auxiliares de ação educativa



- Petição n.º 239/XV/2.ª Mecanismo de segurança pública contra o esquecimento de crianças no automóvel
- 3.2. Remessa de estudo pela Associação Vegetariana Portuguesa e manifestação de disponibilidade para uma audiência
- Relatório da audiência à delegação das Mentes Empreendedoras e Leaders
  Gang 8/11/2023
- 3.4. Relatório da audiência à delegação da Universidade de Évora 16/11/2023
- 4. Fixação da redação final do Projeto de Resolução n.º 896/XV/2.ª (PS) Recomenda ao Governo ações urgentes e mobilizadoras da comunidade educativa quanto ao uso de dispositivos tecnológicos em contexto escolar
- 5. Fixação da redação final do Projeto de Resolução n.º 916/XV/2.ª (PS) Recomenda ao Governo que prossiga os esforços para a remoção do amianto presente nos estabelecimentos de ensino
- 6. Apreciação e votação do relatório final da Petição n.º 216/XV/1.ª Pela valorização dos salários de investigadores e professores do ensino superior
  - Deputado relator: Eduardo Alves (PS)
- 7. Discussão e votação do requerimento do Grupo Parlamentar da IL para audição da Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior sobre as parcerias entre a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) e três universidades dos Estados Unidos da América



8. Discussão e votação do requerimento do Grupo Parlamentar da IL para audição do Ministro da Educação sobre os resultados dos alunos portugueses no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) da OCDE

9. Audição dos peticionários da Petição n.º 227/XV/2.ª – Viver o recreio escolar, sem écrans de smartphones!

#### 10. Outros assuntos

# 11. Data das próximas reuniões

## 1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

O Senhor Deputado Tiago Estevão Martins (PS) solicitou o adiamento do ponto 2 da Ordem do Dia.

O Senhor Presidente da Comissão colocou à consideração a inclusão na Ordem do Dia da discussão e votação do requerimento do Grupo Parlamentar do PSD para audição urgente do Ministro da Educação sobre os resultados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) da OCDE, para apreciação conjunta com o requerimento do Grupo Parlamentar da IL, incluído no ponto 8.

A Ordem do Dia, com as alterações acima referidas, foi aprovada por unanimidade pelos Deputados do PS, do PSD e do PCP, registando-se a ausência do CH, da IL e do BE.

# 2. Aprovação de atas

Adiado, a pedido do PS.



# 3. Comunicações do Presidente

#### 3.1. Baixa de iniciativas

iv. Projetos de lei - Baixaram para apreciação na generalidade

O Senhor Presidente informou que o Projeto de Lei n.º 973/XV/2.ª (BE) – Alarga o desenvolvimento de respostas sociais na valência de creche a entidades públicas e cria o programa rede de creches públicas, tinha baixado à Comissão em 21/11/2023. O relator cabe ao GP do PS e a apreciação do relatório será na reunião da Comissão de 12/12/2023.

O Senhor Deputado Tiago Estevão Martins (PS) informou que indicaria o Deputado relator posteriormente.

v. Projetos de resolução – Baixaram para apreciação na generalidade

Deu ainda nota que o Projeto de Resolução n.º 952/XV/1.ª (IL) – Recomenda ao Governo que dê a preponderância devida à literacia financeira em contexto escolar, tinha baixado à Comissão em 03/11/2023 e que o GP da IL pretende a sua discussão na Comissão e que tem como preferência na reunião da Comissão de 19/12.

# vi. Petições

O Senhor Presidente deu conhecimento que a Petição n.º 235/XV/2.ª – Progressão das auxiliares de ação educativa tinha baixado a 14/11/2023, à Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local (Comissão competente) com conhecimento à 8.ª Comissão e que aguarda deliberação sobre a sua admissibilidade, com 65 assinaturas, tendo como 1.º Peticionante: Maria Fernanda da Silva Letra Pereira.

Informou igualmente que, a Petição n.º 239/XV/2.ª – Mecanismo de segurança pública contra o esquecimento de crianças no automóvel, tinha baixado a 17/11/2023 à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias (Comissão



competente) com conhecimento à 8.ª Comissão e que aguarda deliberação sobre a sua admissibilidade, com 48 assinaturas, tendo como 1.º Peticionante: Fernando Guilherme Silvano Lobo Pimentel.

3.2. Remessa de estudo pela Associação Vegetariana Portuguesa e manifestação de disponibilidade para uma audiência

O Senhor Presidente informou que a Associação Vegetariana Portuguesa tinha enviado para a Comissão um estudo sobre a implementação do Programa de leite Escolar em Portugal e que teria manifestado disponibilidade para a apresentação do mesmo bem como das recomendações e de questões relacionadas com a disponibilização de bebidas vegetais.

Colocada à consideração a hipótese de ser concedida uma audiência, foi consensualizado não o fazer, dado que não houve um pedido formal.

3.3. Relatório da audiência à delegação das Mentes Empreendedoras e Leaders Gang – 8/11/2023

Submetido à votação o relatório da audiência foi aprovado por unanimidade pelos Deputados do PS, do PSD e do PCP, registando-se a ausência do CH, da IL e do BE.

3.4. Relatório da audiência à delegação da Universidade de Évora – 16/11/2023

Submetido à votação o relatório da audiência foi aprovado por unanimidade pelos Deputados do PS, do PSD e do PCP, registando-se a ausência do CH, da IL e do BE.

4. Fixação da redação final do Projeto de Resolução n.º 896/XV/2.ª (PS) – Recomenda ao Governo ações urgentes e mobilizadoras da comunidade educativa quanto ao uso de dispositivos tecnológicos em contexto escolar

A redação final, com aprovação da proposta remetida pela Divisão de Apoio ao Plenário, foi fixada por unanimidade pelos Deputados do PS, do PSD e do PCP, registando-se a ausência do PCP, da IL e do BE.



5. Fixação da redação final do Projeto de Resolução n.º 916/XV/2.ª (PS) – Recomenda ao Governo que prossiga os esforços para a remoção do amianto presente nos estabelecimentos de ensino

A redação final, com aprovação da proposta remetida pela Divisão de Apoio ao Plenário, foi fixada por unanimidade pelos Deputados do PS, do PSD e do PCP, registando-se a ausência do PCP, da IL e do BE.

6. Apreciação e votação do relatório final da Petição n.º 216/XV/1.ª – Pela valorização dos salários de investigadores e professores do ensino superior

O relatório final da petição [subscrita pelo Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESUP), com 7531) foi apresentado pelo relator, Deputado Eduardo Alves (PS) e aprovado por unanimidade pelos Deputados do PS, do PSD e do PCP, registando-se a ausência do CH, da IL e do BE.

7. Discussão e votação do requerimento do Grupo Parlamentar da IL para audição da Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior sobre as parcerias entre a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) e três universidades dos Estados Unidos da América

A Senhora Deputada Patrícia Gilvaz (IL) começou por apresentar o requerimento explicando que o mesmo deve-se ao facto de ter sido anunciado o cancelamento de parcerias internacionais entre a Fundação de Ciência e Tecnologia (FCT) e três universidades norte-americanas, que desde 2006 vieram não só promover uma internacionalização da ciência e da tecnologia portuguesas, mas também contribuíram para a transformação da economia nacional. Salientou que, sem mais informação para além daquela que hoje dispõem a IL não poderá assumir uma posição favorável ou desfavorável relativamente à continuidade destas parcerias e é precisamente por este motivo que pretendem chamar à Comissão a Senhora Ministra. Segundo sabe, esta decisão produzirá efeitos a partir do final deste ano e considera que estamos a umas escassas três semanas do final do ano e depois do comunicado do Governo datado de 27 de novembro. Deu nota que não existiu mais nenhum esclarecimento acerca do ponto de situação relativamente a este tema e que não se pode ignorar que este assunto



gerou uma grande onda de indignação junto à comunidade, nomeadamente junto de investigadores, de académicos, de antigos ministros, de empresários, precisamente pelo facto destas parcerias serem consideradas uma mais-valia de longo prazo e essencial para o desenvolvimento e para a internacionalização da ciência e inovação em Portugal. Terminou dizendo que, apesar de ter dito que não podem tomar uma posição favorável ou desfavorável, a IL é a favor de um processo de tomada de decisão que seja transparente, atempado, principalmente num tema com potencial impacto nos ecossistemas académico, científico e empresarial e é por isso mesmo que querem indagar junto da Senhora Ministra as informações de que dispõe e que tem o dever de partilhar com este Parlamento para que possam tomar as posições de uma forma mais livre e esclarecida.

O Senhor Deputado Tiago Estevão Martins (PS) solicitou a palavra para reforçar o empenho que o Partido Socialista tem tido desde sempre com estas matérias. Referiu que foi com alguma estupefação que viram algumas das notícias que saíram a público e que na altura motivaram um conjunto de reações, tanto pelas redes sociais como pelos diferentes órgãos informativos e espaços de opinião, relevando a importância destas mesmas parcerias. Entretanto, houve a possibilidade de haver um esclarecimento e esse esclarecimento, no seu, é cabal. E passou a citar o comunicado de 26 de novembro de 2023 do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Terminou, dizendo que, não sendo o Partido Socialista avesso à audição de ministros, principalmente quando os temas são relevantes, entende que o objeto da discussão sobre esta matéria está ultrapassado, está clarificado e por isso não se justifica a audição.

O Senhor Deputado António Cunha (PSD) referiu que, relativamente a este assunto, o que o PSD quer é saber qual é a posição do Governo relativamente a estas parcerias. Informou que já pediram esclarecimentos, quer até nesta fase de disputa interna do Partido Socialista, mas o que interessa aqui de facto é, em termos parlamentares, o que é que se poderá esperar do novo Governo relativamente a esta questão. Terminou salientando que parece que a Senhora Ministra repudiou e desmentiu esta informação, mas que gostariam que viesse à Comissão para expor se há ou não há intenção de acabar com estas parcerias.

Submetido à votação o requerimento foi rejeitado com os votos contra do PS, os votos a favor do PSD e da IL e a abstenção do PCP e do BE, registando-se a ausência do CH.



8. Discussão e votação do requerimento do Grupo Parlamentar da IL para audição do Ministro da Educação sobre os resultados dos alunos portugueses no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) da OCDE

Na ausência da Senhora Deputada da IL deliberou a Comissão efetuar a discussão e votação conjunta dos requerimentos apresentados, pontos 8 e 9.

9. Discussão e votação do requerimento do Grupo Parlamentar do PSD para audição urgente do Ministro da Educação sobre os resultados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) da OCDE

O Senhor Deputado António Cunha (PSD) começou por apresentar o requerimento referindo que este pedido se baseia não apenas no facto de os nossos resultados no PISA terem vindo a baixar desde 2015, mas, sobretudo, é importante perceber o porquê. Referiu que o Senhor Ministro da Educação, numa entrevista, aponta para outras razões mais de fundo que têm a ver não só com o nosso sistema educativo, mas também com outros sistemas. Salientou, que considera pertinente ouvir o Senhor Ministro sobre o porquê desta queda, dos resultados, e sabermos o que é que em termos de política educativa o que é que o Governo pudesse eventualmente fazer, ou o próximo Governo o que é que poderá fazer, uma vez que achamos que o Senhor Ministro tem outros dados que para além daqueles que obviamente nos foram disponibilizados apenas pelo relatório PISA. Terminou dizendo que sabem que medidas estruturais é que o nosso sistema educativo pode adotar para que invertamos esta tendência de descida e, portanto, consideram que é urgente esta audicão.

O Senhor Deputado Tiago Estevão Martins (PS) solicitou a palavra para dar nota que não consideravam necessariamente aqui um alinhamento quanto aos pressupostos invocados tanto pelo PSD como pelo requerimento da IL, consideram que é um tema relevante e por isso iriam aprovar estas audições.

Submetidos à votação os requerimentos da IL e do PSD foram aprovados com os votos a favor do PS e do PSD e a abstenção do PCP, registando-se a ausência do CH, da IL e do BE.



10. Audição dos peticionários da Petição n.º 227/XV/2.ª – Viver o recreio escolar, sem écrans de smartphones!

O Senhor Presidente da Comissão deu as boas-vindas às peticionárias (a petição foi apresentada por Mónica Sofia Rodrigues Pereira e tem atualmente 20.644 subscritores) e lembrou a grelha de tempos das intervenções.

A primeira peticionária referiu o seguinte, em resumo:

- 1. A petição lançou o debate sobre a matéria;
- 2. Já houve escolas a reconsiderarem a política de utilização dos smartphones;
- Os smartphones devem ser proibidos nas escolas para promover a saúde física e mental, comparando essa medida com as proibições do tabaco e álcool;
- 4. Há necessidade de fazer a revisão do Estatuto do Aluno para a eficácia total da proposta;
- Abordou a matéria da digitalização da escola e defendeu que a mesma não pode fazer-se em detrimento dos manuais em papel;
- Transmitiu excertos duma comunicação da psicóloga Laura Sanches, que apoia a petição, alertando para os efeitos nocivos dos ecrãs no desenvolvimento cerebral:
- 7. Enfatizou a responsabilidade das escolas na formação adequada dos jovens destacando os desafios sociais causados pelo uso excessivo de *smartphones* e argumentou que as escolas devem criar ambientes seguros para lidar com a dependência de dispositivos;
- 8. Destacou a importância do brincar para o desenvolvimento saudável das crianças e criticou a presença indiscriminada de ecrãs, considerando-a prejudicial ao desenvolvimento.

Intervieram depois os Senhores Deputados Porfírio Silva (PS), Joana Mortágua (BE), Sónia Ramos (PSD), Gabriel Mithá Ribeiro (CH, relator da petição) e Alfredo Maia (PCP), que se pronunciaram sobre a matéria.

Na sequência das intervenções dos Deputados, a peticionária referiu o seguinte, em síntese:



- Quando as crianças se tornam dependentes de algo prejudicial, os adultos devem intervir para libertá-las dessa dependência, neste caso, em relação aos smartphones;
- Apresentou o caso duma escola bem equipada que enfrentava casos de dependência desses dispositivos e realçou a aprovação das crianças em relação à restrição de uso, salientando ainda que as escolas que instituíram a sua proibição têm crianças felizes;
- Citou um texto sobre a desconexão e os efeitos negativos da hiperconexão tecnológica e destacou a importância de afirmar o direito de desconectar-se para combater a síndrome da hiperconectividade;
- 4. Abordou questões sobre a comunicação e relacionamentos afetados pelo uso excessivo de dispositivos, enfatizando a solidão, frequentemente subestimada, gerada pela constante presença *online*.

A gravação da audição e a documentação entregue estão disponibilizadas na página da Comissão, pelo que se dispensam maiores desenvolvimentos nesta sede.

### 11. Outros assuntos

Não se registaram outros assuntos.

### 12. Data das próximas reuniões

O Senhor Presidente indicou depois os trabalhos e as reuniões seguintes.

- √ 12/12, às 15h00 Reunião da Comissão
  - Audição dos peticionários da Petição n.º 219/XV/2.ª Solicitam medidas contra a violência na Escola e reforço da Paz e Segurança – 15h00 – Confirmada
    - Peticionário: Luís Miguel Sottomaior Braga Baptista
    - o N.º de assinaturas: 7717
    - Deputado relator: (PS)
  - Audiência à Federação Nacional de Professores (FENPROF) para abordarem matérias relativas à situação dos professores do Ensino



Profissional e do Ensino Artístico Especializado a exercerem funções no Ensino Particular e Cooperativo – 15h45 – Confirmada

- Discussão sobre as recomendações adotadas nas sessões nacionais do ensino básico e do ensino secundário da edição 2022/2023 do Parlamento dos Jovens
- √ 19/12, das 13h45 às 15h00 Reunião da Comissão
  - Audição da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES) para apresentação do Relatório de Monitorização da Avaliação do Ensino Superior em Portugal 2023 – Confirmada

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 14h59, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 11 de dezembro de 2023.

O Presidente da Comissão,

(Alexandre Quintanilha)

### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alexandre Quintanilha (PS)

Ana Isabel Santos (PS)

Catarina Lobo (PS)

Eduardo Alves (PS)

Lúcia Araújo Da Silva (PS)

Palmira Maciel (PS)

Pompeu Martins (PS)

Porfírio Silva (PS)

Tiago Estevão Martins (PS)

António Cunha (PSD)

Cláudia André (PSD)

Germana Rocha (PSD)

Inês Barroso (PSD)

Maria Emília Apolinário (PSD)

Sónia Ramos (PSD)

Gabriel Mithá Ribeiro (CH)

Patrícia Gilvaz (IL)

Alfredo Maia (PCP)

Joana Mortágua (BE)

Anabela Rodrigues (PS)

Bárbara Dias (PS)

Diogo Cunha (PS)

José Pedro Ferreira (PS)

Maria João Castro (PS)

António Topa Gomes (PSD)

# Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Fernando José (PS)

Joana Barata Lopes (PSD)

Rui Cruz (PSD)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Bruno Aragão (PS)